

**Entre o empirismo e o positivismo: raízes filosóficas da consolidação da Psicologia
como ciência autônoma**

**Between empiricism and positivism: philosophical roots of the consolidation of
Psychology as an autonomous science**

**Flávio Carneiro Fernandes¹, Ana Caroline Gonçalves Lima², Robson Kerner
Coelho dos Santos³**

¹ Faculdade Unis São Lourenço, São Lourenço, MG,
flavio.fernandes@alunos.unis.edu.br, 0009-0002-5958-1607

² Faculdade Unis São Lourenço, São Lourenço, MG,
ana.lima@professor.unis.edu.br; 0009-0004-7383-1291

³ Faculdade Unis São Lourenço, São Lourenço, MG,
robson.santos@professor.unis.edu.br; 0000-0003-4163-5486

RESUMO

Este artigo discute a consolidação da Psicologia como ciência autônoma a partir da influência das correntes filosóficas do empirismo e do positivismo, destacando como essas bases epistemológicas orientaram tanto a constituição de seus métodos quanto a definição de seu objeto de estudo. A pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativo, fundamenta-se em autores clássicos como Bacon, Locke e Hume, que defenderam a experiência como origem do conhecimento, fornecendo à Psicologia os elementos necessários para tratar a mente como fenômeno observável. Também se apoia em Comte, cuja proposta positivista reforçou a necessidade de uma ciência ancorada em fatos verificáveis, contribuindo para a legitimação metodológica do campo. Ao analisar o impacto dessas correntes na formação da Psicologia científica em Wundt e James, identifica-se um movimento de afirmação disciplinar que, entretanto, resultou em um afastamento progressivo da Filosofia. Japiassu caracteriza esse processo como um “divórcio epistemológico”, que fragmentou o saber e reduziu a compreensão do humano. Morin e Jaspers ressaltam a necessidade de reaproximação entre ciência e reflexão filosófica, a fim de recuperar a complexidade e a profundidade da experiência humana. Conclui-se que a articulação crítica entre Filosofia e Psicologia permanece fundamental para o fortalecimento teórico, ético e metodológico da área.

Palavras-chave: Psicologia; Filosofia; Empirismo; Positivismo; Epistemologia.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia, enquanto campo de conhecimento e prática, possui origens profundamente enraizadas na Filosofia. Questões sobre a natureza da mente, da consciência, da emoção e do comportamento humano atravessam a história do pensamento filosófico desde a Antiguidade. No entanto, a partir do século XIX, ocorre um movimento de ruptura entre Filosofia e Psicologia, caracterizado pela busca de um estatuto científico próprio. Esse processo, fortemente influenciado pelas correntes do empirismo e do positivismo, marcou a transição da Psicologia de um campo especulativo para uma disciplina experimental e empírica.

Esse movimento foi impulsionado por duas tradições filosóficas centrais, o empirismo e o positivismo, que ofereceram à Psicologia os instrumentos conceituais e metodológicos para se afirmar no cenário científico. O empirismo, representado por pensadores como Locke (1999) e Hume (2001), defendeu que todo conhecimento deriva da experiência sensorial e que a mente humana nasce como uma tábula rasa, sendo moldada pelas impressões dos sentidos. Essa visão fundamentou a ideia de que o comportamento e os processos mentais poderiam ser estudados empiricamente, abrindo caminho para a Psicologia experimental.

Por sua vez, o positivismo de Comte (1973) reforçou a necessidade de uma ciência baseada em fatos observáveis e leis gerais, rejeitando explicações metafísicas. Essa postura metodológica influenciou diretamente o trabalho de Wundt (1990), considerado o pai da Psicologia experimental, e de James (2010), que ampliou a discussão ao propor uma abordagem funcionalista e pragmática da mente. Assim, o ideal positivista de cientificidade consolidou o reconhecimento institucional da Psicologia, mas também inaugurou uma tensão: ao adotar o modelo das ciências naturais, a Psicologia correu o risco de reduzir o humano a dados mensuráveis, afastando-se de suas origens filosóficas.

Japiassu (1991), em *Um desafio à Filosofia: pensar-se nos dias de hoje*, descreve esse movimento como um “divórcio” entre Filosofia e Ciências Humanas. Segundo o autor, esse rompimento representou uma forma de emancipação epistemológica, análoga à descolonização, na qual as ciências humanas passaram a rejeitar a tutela filosófica em busca de autonomia. Entretanto, Japiassu também denuncia os riscos desse

distanciamento, que pode levar a uma perda da dimensão reflexiva e humanista que caracteriza o pensar filosófico.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca compreender de que modo o empirismo e o positivismo contribuíram para a formação da Psicologia como ciência e como essa emancipação influenciou sua identidade epistemológica. Mais do que revisitar um debate histórico, pretende-se analisar o impacto dessas correntes na identidade contemporânea da Psicologia, sugerindo que o reencontro entre filosofia e ciência pode representar um caminho fecundo para uma compreensão mais complexa e ética do ser humano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia, antes de se consolidar como ciência, foi objeto de investigação filosófica. Desde a Antiguidade, pensadores como Aristóteles, em *De Anima*, buscavam compreender a *psychê* como princípio vital e cognitivo do ser humano, articulando corpo e alma como dimensões complementares da existência. Essa concepção holística perdurou por séculos, influenciando a tradição escolástica e as primeiras concepções de mente no pensamento ocidental. No entanto, a modernidade introduziu uma nova forma de compreender o sujeito e o conhecimento, marcada pela emergência do racionalismo e do empirismo como correntes filosóficas distintas.

Com o pensamento cartesiano, a mente passa a ser concebida como uma substância distinta do corpo, inaugurando o dualismo entre *res cogitans* e *res extensa* (DESCARTES, 2000). Essa separação, embora tenha permitido uma análise mais sistemática dos fenômenos mentais, gerou também uma fragmentação do saber, colocando em lados opostos a reflexão filosófica e a experimentação científica. O racionalismo cartesiano defendia que a razão, e não a experiência sensorial, era a principal fonte de conhecimento. Em contrapartida, o empirismo, representado por Bacon, Locke e Hume, propôs que todo saber deriva da experiência e da observação do mundo real.

Bacon (1979), em *Novum Organum*, foi um dos primeiros a formular um método indutivo baseado na observação sistemática e na experimentação controlada, princípios que mais tarde seriam adotados pela ciência moderna. Para Bacon, o conhecimento deveria libertar-se dos “ídolos”, preconceitos e crenças que obscurecem o entendimento humano. Essa ênfase na experiência empírica abriu caminho para uma

nova forma de abordar a mente e o comportamento humano, tornando-os fenômenos observáveis.

Locke (1999), ao conceber a mente como *tábula rasa*, sustentou que o conhecimento resulta da experiência sensorial e da reflexão sobre essas experiências. David Hume (2001) aprofundou essa visão ao afirmar que as ideias derivam das impressões sensoriais e que os princípios da associação mental explicam o funcionamento psicológico. Essas proposições foram fundamentais para o nascimento da Psicologia empírica, pois sugeriam que os processos mentais poderiam ser estudados por meio da observação e da análise de dados da experiência.

O empirismo, portanto, não apenas influenciou a epistemologia moderna, mas também estabeleceu as condições para que a Psicologia se tornasse uma ciência baseada em fatos observáveis. Como aponta Germer (2023), foi a partir da fundamentação empírica proposta por pensadores como Schopenhauer e Hume que a Psicologia passou a se aproximar das ciências naturais, adotando o método experimental como meio de validar suas descobertas. Essa perspectiva influenciaria diretamente autores como Wundt (1990) e James (2010), considerados os fundadores da Psicologia científica.

No século XIX, o positivismo de Comte (1973) aprofundou essa tendência ao afirmar que o verdadeiro conhecimento só pode ser obtido pela observação e pela descrição dos fenômenos. Comte defendeu a substituição das especulações metafísicas por explicações científicas baseadas em leis gerais, consolidando o ideal de cientificidade que se tornaria referência para as ciências humanas. Para o positivismo, o progresso do conhecimento segue uma ordem evolutiva teológica, metafísica e científica, sendo esta última o estágio superior, no qual a observação empírica e a verificação substituem a especulação filosófica.

A influência comtiana foi decisiva para o surgimento da Psicologia experimental. Wundt (1990), ao fundar o primeiro laboratório de Psicologia em 1879, em Leipzig, buscava isolar e medir fenômenos psíquicos por meio de métodos controlados, aproximando o estudo da mente das ciências naturais. Sua proposta metodológica, centrada na introspecção experimental, reflete o ideal positivista de objetividade e mensuração. James (2010), por sua vez, amplia essa abordagem ao considerar a consciência como um fluxo contínuo e adaptativo, propondo uma Psicologia funcionalista, mais voltada à experiência subjetiva e prática da vida.

Entretanto, o modelo positivista, embora tenha legitimado a Psicologia como ciência, também contribuiu para o distanciamento entre ciência e filosofia. Japiassu (1991) denomina esse processo de “divórcio epistemológico”, uma vez que o avanço do cientificismo levou as ciências humanas a rejeitarem a reflexão filosófica em nome da objetividade. Para o autor, a emancipação científica da Psicologia representou, ao mesmo tempo, uma conquista e uma perda, pois ao afastar-se da Filosofia, a Psicologia conquistou status acadêmico, mas sacrificou parte de sua profundidade crítica e ética.

Essa crítica é compartilhada por Morin (2002), que denuncia os efeitos da fragmentação do saber imposta pelo paradigma positivista. Segundo ele, a ciência moderna, ao separar sujeito e objeto, acabou reduzindo o humano a dimensões parciais e quantificáveis. Jaspers (1989) também adverte que a Psicologia, para compreender verdadeiramente o homem, deve reconhecer sua dimensão existencial, integrando os aspectos racionais, emocionais e espirituais da experiência humana.

Assim, o referencial teórico que sustenta este estudo reconhece que a consolidação da Psicologia como ciência autônoma se deu sob forte influência do empirismo e do positivismo, mas que tais correntes, ao privilegiarem a objetividade e o método experimental, limitaram a compreensão da complexidade do ser humano. Recuperar o diálogo entre Filosofia e Psicologia, portanto, não significa retroceder, mas reconstruir uma epistemologia integradora, capaz de articular rigor científico e reflexão filosófica, em consonância com os desafios contemporâneos do conhecimento.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico e bibliográfico, voltada à análise das bases filosóficas que sustentaram a consolidação da Psicologia como ciência autônoma. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e documentos acadêmicos, com o objetivo de analisar e discutir teorias, conceitos e contribuições existentes sobre determinado tema.

De acordo com Lakatos e Marconi (2010), esse tipo de pesquisa é fundamental em investigações de natureza teórica, pois permite ao pesquisador sistematizar o conhecimento acumulado e compreender as transformações conceituais que marcam o desenvolvimento de um campo científico. A pesquisa bibliográfica não se limita à

simples consulta de obras, mas envolve um processo interpretativo e crítico, que busca relacionar diferentes perspectivas e construir uma compreensão integrada do objeto de estudo.

Nesse sentido, este artigo apoia-se em uma revisão crítica das principais obras que abordam a relação entre Filosofia e Psicologia, privilegiando autores clássicos e contemporâneos que discutem o empirismo e o positivismo como fundamentos epistemológicos. Foram analisadas obras de John Locke (1999), David Hume (2001), Francis Bacon (1979), Auguste Comte (1973), Wilhelm Wundt (1990) e William James (2010), além de reflexões críticas de Hilton Japiassu (1991), Edgar Morin (2002) e Karl Jaspers (1989).

A seleção dos autores partiu de sua relevância histórica e conceitual para a constituição da Psicologia científica, considerando também produções recentes que revisitassem essas influências sob novas perspectivas, como os estudos de Brandão da Luz (2019), Germer (2023) e Portugal (2024). O procedimento metodológico envolveu leitura, fichamento e análise comparativa das obras, buscando identificar convergências e tensões entre as tradições filosóficas e a prática psicológica.

Conforme Severino (2017), a análise interpretativa constitui uma etapa essencial em pesquisas bibliográficas, pois permite ao pesquisador ir além da descrição, formulando sínteses e inferências a partir das ideias analisadas. Assim, este trabalho adota uma abordagem hermenêutica e reflexiva, procurando compreender como os fundamentos empiristas e positivistas moldaram a identidade epistemológica da Psicologia e quais desafios essa herança impõe à sua prática contemporânea.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura indica que a constituição da Psicologia como ciência autônoma esteve profundamente vinculada às bases epistemológicas do empirismo e do positivismo, que forneceram à disciplina seus primeiros modelos de validação científica. O empirismo, representado por Bacon, Locke e Hume, sustentou que o conhecimento deriva da experiência sensorial e da observação sistemática do mundo. Nesse sentido, Bacon (1979) propôs um método indutivo capaz de libertar o conhecimento dos preconceitos e crenças, fundamentando a investigação empírica. Locke (1999), ao conceber a mente como tábula rasa, e Hume (2001), ao explicar os processos mentais por meio das impressões e associações de ideias, ofereceram as

condições para que fenômenos psicológicos fossem tratados como objetos observáveis, contribuindo para a emergência de uma Psicologia experimental.

4.1 O empirismo e o nascimento da observação científica

O empirismo desempenhou papel essencial na transição da Psicologia de um campo especulativo para uma disciplina voltada à observação e à análise da experiência. Bacon (1979) inaugura o método indutivo, propondo que o conhecimento deve ser construído a partir da observação sistemática, livre de preconceitos. Locke (1999), ao conceber a mente como tábula rasa, reforça a ideia de que o saber é formado na relação direta com o mundo sensível. Hume (2001), por sua vez, aprofunda a noção de que as ideias derivam das impressões e associações provenientes da experiência.

Esse conjunto de princípios abriu caminho para a possibilidade de estudar processos mentais como fenômenos observáveis, fornecendo as bases para a Psicologia empírica e experimental. Assim, o empirismo não apenas influenciou a epistemologia moderna, mas também ofereceu à Psicologia a legitimidade inicial para se aproximar das ciências naturais.

4.2 O positivismo e a busca por legitimidade científica

No século XIX, o positivismo de Comte (1973) fortaleceu o ideal de cientificidade, defendendo que o conhecimento válido deve basear-se em fatos observáveis e leis gerais. Esse paradigma influenciou profundamente a constituição da Psicologia como ciência. Wundt (1990), ao fundar o primeiro laboratório de Psicologia, buscou estabelecer métodos de investigação que aproximasse o estudo da mente dos procedimentos utilizados nas ciências naturais.

Sua proposta de introspecção controlada procurava conjugar observação e mensuração de processos psíquicos. James (2010), embora influenciado pelo mesmo movimento, propôs uma abordagem mais ampla, considerando a consciência como dinâmica e funcional. Assim, o positivismo contribuiu para a legitimação institucional da Psicologia, mas também inaugurou uma tendência de afastamento da reflexão filosófica em nome da objetividade e da mensuração. A adoção do modelo positivista deu à Psicologia o reconhecimento acadêmico e metodológico que ela buscava. No entanto, também contribuiu para o afastamento progressivo da Filosofia, reduzindo o foco na reflexão sobre o significado e a condição humana.

4.3 O “divórcio” entre Filosofia e Ciências Humanas em Hilton Japiassu

Japiassu (1991) interpreta a consolidação científica da Psicologia como um processo marcado por um “divórcio epistemológico” entre Filosofia e Ciências Humanas. Em busca de autonomia, a Psicologia afastou-se de suas raízes reflexivas, privilegiando o discurso científico baseado no rigor metodológico e na objetividade. Esse movimento, embora tenha permitido a formação de um corpo de técnicas e métodos próprios, resultou na redução do humano a dimensões quantificáveis, negligenciando aspectos subjetivos, existenciais e culturais da experiência. A crítica de Japiassu evidencia que a busca por legitimidade científica provocou uma perda de profundidade interpretativa, levando a Psicologia a se distanciar de questões fundamentais relacionadas ao sentido da existência e da experiência vivida.

Ao autor compara, ainda, essa ruptura à descolonização, observando que as ciências humanas, ao conquistarem sua autonomia, rejeitaram a tutela filosófica e se tornaram “mais científicas que humanas”. Essa crítica é especialmente pertinente à Psicologia, que, ao se consolidar como ciência, muitas vezes privilegiou o dado empírico em detrimento da reflexão sobre o sentido da experiência humana. O resultado foi uma ciência mais técnica, mas menos reflexiva.

4.4 Reflexões sobre a autonomia da Psicologia

A emancipação da Psicologia representou um marco histórico e epistemológico. Sua autonomia permitiu o desenvolvimento de abordagens experimentais, clínicas e teóricas diversas, que contribuíram para o entendimento dos fenômenos psíquicos sob novas perspectivas. Entretanto, a autonomia também trouxe desafios: a fragmentação do saber e o risco de reducionismo.

Autores contemporâneos como Morin (2002) e Jaspers (1989) ressaltam a necessidade de recuperar o diálogo entre ciência e filosofia. Morin critica a fragmentação do saber promovida pelo paradigma positivista, enquanto Jaspers defende uma Psicologia que reconheça sua dimensão existencial e filosófica. Nesse sentido, pensar a Psicologia nos dias de hoje exige reconectar-se com suas raízes reflexivas, sem abrir mão de seu rigor científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da Psicologia como ciência autônoma foi resultado de um longo processo histórico e epistemológico marcado pela influência do empirismo e do positivismo. O empirismo forneceu à Psicologia os fundamentos necessários para tratar a mente e o comportamento como fenômenos passíveis de observação e investigação sistemática, enquanto o positivismo contribuiu para a legitimação científica da disciplina, ao valorizar a objetividade e a verificação empírica como critérios de validade do conhecimento.

No entanto, conforme destaca Japiassu (1991), a busca pela autonomia científica resultou em um afastamento progressivo da Filosofia, o que gerou uma perda de profundidade reflexiva na compreensão do humano. A supervalorização da mensuração e da objetividade contribuiu para um olhar fragmentado sobre os fenômenos psicológicos, reduzindo o sujeito a dados e categorias analíticas muitas vezes descontextualizadas. Esse efeito já havia sido criticado por Morin (2002), ao apontar que a fragmentação do saber compromete a compreensão da complexidade da experiência humana, e por Jaspers (1989), ao ressaltar a necessidade de considerar a dimensão existencial da vida psíquica.

Diante dos desafios contemporâneos, a Psicologia é chamada a reaproximar-se da Filosofia, não como retorno ao modelo especulativo anterior à cientificidade, mas como estratégia para ampliar sua capacidade de compreender o ser humano em sua totalidade. Essa reaproximação implica reconhecer que os métodos científicos são fundamentais, mas insuficientes quando tomados isoladamente. A integração entre investigação empírica, reflexão crítica e sensibilidade ética torna-se, portanto, condição essencial para uma prática psicológica mais humana, rigorosa e responsável.

Conclui-se que a autonomia da Psicologia não se efetiva pela negação da Filosofia, mas pela articulação madura entre ciência e reflexão. Recuperar o diálogo interrompido significa fortalecer uma Psicologia capaz de responder às complexidades subjetivas, sociais e culturais da existência. Pesquisas futuras podem aprofundar esse debate, investigando como diferentes abordagens epistemológicas podem contribuir para práticas psicológicas que reconheçam a singularidade, a historicidade e a condição humana em sua plenitude.

ABSTRACT

This article discusses the consolidation of Psychology as an autonomous science based on the influence of empiricist and positivist philosophical traditions, highlighting how these epistemological foundations shaped both its methodological construction and the definition of its object of study. The research, conducted through bibliographic and qualitative analysis, relies on classical authors such as Bacon, Locke, and Hume, who defended experience as the origin of knowledge, providing Psychology with the conditions to treat the mind as an observable phenomenon. It also draws on Comte's positivism, which emphasized the need for scientific knowledge grounded in verifiable facts, contributing to the methodological legitimacy of the field. By examining the impact of these currents on the work of Wundt and James, the study identifies a process of disciplinary affirmation that simultaneously resulted in a distancing from philosophical inquiry. Japiassu describes this movement as an "epistemological divorce," which fragmented knowledge and limited the understanding of human experience. Morin and Jaspers argue for the reestablishment of dialogue between science and philosophical reflection to restore the complexity and depth of psychological phenomena. It is concluded that the critical articulation between Philosophy and Psychology remains essential for strengthening the theoretical, ethical, and methodological foundations of the discipline.

Keywords: Psychology; Philosophy; Empiricism; Positivism; Epistemology.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Grupo Unis e à FEPESMIG pela realização do V CMS Congresso Multiprofissional da Saúde, II Simpósio de Ciências Sociais e I Simpósio de Longevidade e Envelhecimento Humano, que nos proporcionou um espaço de reflexão e partilha sobre os fundamentos epistemológicos e filosóficos da consolidação da Psicologia como ciência autônoma. Estendemos nossa gratidão aos colegas e pesquisadores cujos estudos e contribuições enriqueceram este trabalho. Agradecemos também às instituições de ensino e aos profissionais da educação que, direta ou indiretamente, colaboraram com ideias, debates e práticas que inspiraram esta pesquisa. Por fim, agradecemos às nossas famílias e amigos pelo apoio contínuo ao longo deste processo.

REFERÊNCIAS

BACON, F. (1979) **Novum Organum**. São Paulo: Abril Cultural.

BRANDÃO DA LUZ, J. L. (2019) **Materialismo e positivismo na definição da Psicologia**. Açores: Universidade dos Açores, 2019.

- COMTE, A. (1973) **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural.
- DESCARTES, R. (2000) **Meditações Metafísicas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (1999) **As Palavras e as Coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- GERMER, G. M. (2023) **A fundamentação de Schopenhauer da Psicologia empírica e científica**. Revista Eletrônica de Estudos Literários e Filosóficos, Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/15479>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- HUME, D. (2001) **Tratado da Natureza Humana**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP.
- JAMES, W. (2010) **Os Princípios de Psicologia**. Petrópolis: Vozes.
- JAPIASSU, H. (1991) **Um desafio à filosofia: pensar-se nos dias de hoje**. São Paulo: Letras & Letras, 1991.
- JASPERS, K. (1989) **Psicologia das Concepções de Mundo**. São Paulo: Cultrix.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOCKE, J. (1999) **Ensaio sobre o Entendimento Humano**. 2. ed. São Paulo.
- MORIN, E. (2002) **O Método 1: A Natureza da Natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina.
- PORTUGAL, F. T. (2024) **História da Psicologia e produção de conhecimento**. Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo, v. 44, e294932. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nMCmpz6dxJBSdvZfh5TTR3w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- WUNDT, W. (1990) **Princípios de Psicologia Fisiológica**. São Paulo: Ícone.